



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SEDESE/CEPCT - Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável
dos Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais

Ata

Reunião Plenária Ordinária CEPCT - MG			
Data	18/09/2025	Horário	14h30min às 16h30min
Local	Ambiente Virtual - Videoconferência no Microsoft Teams		
Pauta	<ol style="list-style-type: none">1) Abertura e verificação de quórum;2) Câmara Técnica de Conflitos Fundiários:<ol style="list-style-type: none">a) Apresentar a conversa com a SEDE sobre a regularização fundiária dos territórios coletivos;b) Apresentação do programa de regularização fundiária do Estado de Minas Gerais com foco nos povos e comunidades tradicionais; Apresentou gráfico do fluxo da regularização fundiária que está disponível em domínio público.c) Resposta aos Ofícios da Câmara Técnica;d) Denúncia de violação de Direitos da Comunidade de Morro Grande – Núcleo Lamarão do Território Tradicional Geraizeiros de Vale das Cancelas, no distrito de Vale das Cancelas do município de Grão Mogol;e) Atualização do Mapeamento dos Conflitos Socioambientais;f) Denúncia dos Geraizeiros do Vale das Cancelas;		

Participantes	<p>Cléver Alves Machado - Titular - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE;</p> <p>Márcia Isabel Chaves - Titular - Secretaria de Estado de Educação – SEE;</p> <p>Anne Caroline Ferreira Vaz – Suplente - Secretaria de Estado de Educação – SEE;</p> <p>Letícia Araújo Gualter Silva - Titular - Secretaria Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento- SEAPA;</p> <p>Letícia Horta Vilas Boas - Titular - Instituto Estadual de Florestas – IEF;</p> <p>Anna Karla Ribeiro Silva - Titular – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento- SEAPA;</p> <p>Andréa Maria Narciso Rocha de Paula - Suplente- Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES;</p> <p>Mariana Moret Barreto - Titular - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento- SEAPA;</p> <p>Gustavo de Oliveira Celestino - Suplente -- Fundação Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA;</p> <p>Maria Virgínia Sena Tomich - Titular - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG;</p> <p>Kelly da Silva- Titular- Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG;</p> <p>Nayara de Castro Dias- Titular- Secretaria de Estado de Cultura – SEC - Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – SECULT;</p> <p>Vanessa Barçante Jota Titular- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE;</p> <p>Érika Soares Martins - Suplente - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE;</p> <p>Maxwell Moreira Pio - Titular - Carroceiros;</p> <p>Iolanda Barbosa do Nascimento - Suplente - Artesãos de Barro e Tecelãs;</p> <p>Neli Martins de Souza - Titular - Congadeiros;</p> <p>Antônio Áureo do Carmo - Suplente - Faiscadores;</p> <p>Orlando dos Santos - Titular - Geraizeiros;</p> <p>Clarindo Pereira dos Santos - Titular - Pescadores Artesanais;</p> <p>Flanner Fantoni Bergo - Titular - Povos Tradicionais de Matriz Africana;</p> <p>Vanessa Costa Cançado Silva – Suplente - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA;</p> <p>Eliete Xavier de Oliveira – Titular - Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI;</p> <p>Edilson Rezende Costa- Titular - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – CONSEA;</p> <p>Helder Magno da Silva – Titular - Ministério Público Federal-MPF;</p> <p>Ana Beatriz Vianna Mendes – Suplente –UFMG;</p> <p>João Carlos Pio de Souza – Coordenador da Câmara Técnica de Regularização Fundiária e Conflitos Socioambientais;</p> <p>Danielle Vasconcelos de Castro – Convidada Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE;</p> <p>Fabiana de Jesus Coelho - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento- SEAPA;</p> <p>Maria Carolina Lima Januzzi - Secretária Executiva CEPCT-MG;</p> <p>Juliana de Melo Cordeiro - Diretora de Apoio aos Órgãos Colegiados de Direitos Humanos – SEDESE.</p>
----------------------	--

O Sr. **Orlando** inicia a reunião cumprimentando a todos e dá as boas vindas e se apresenta como Vice-Presidente da CEPCT/MG. Diz que irá iniciar os trabalhos solicitando a secretária executiva Maria Carolina para que realize a contagem dos participantes e diz que tem quórum para abertura da reunião e encaminhamentos. Após a contagem, **Juliana de Melo Cordeiro** se apresenta como Diretora de Apoio aos Órgãos Colegiados de Direitos Humanos se coloca à disposição e diz que irá iniciar os trabalhos da CEPCT/MG em parceria com a Diretoria Temática de Orlando. **Cléver** inicia com a leitura da pauta para aprovação: aprovação da ata plenária ordinária do mês de junho. A Secretária Executiva perguntou a todos se a ata da última plenária que foi encaminhada anteriormente teria alguma ressalva ou acréscimo. Não havendo nada a acrescentar, a ata foi aprovada. Houve a apresentação dos pedidos de certificação para aprovação da plenária. Na sequência foram apresentadas 08 comunidades que foram encaminhadas pelos membros da Câmara Técnica para a Secretária Executiva, que verificou que 03 dessas comunidades estavam com documentação apta para serem certificadas e que na sequência foram aprovadas nesta plenária. **Neli** e **Flanner** fizeram colocações sobre a veracidade dos fatos relatados pelos membros durante a visita técnica. Dr. **Helder** relata que “no seio da atividade estatal essa formalidade é essencial”, fazendo referência a necessidade de abertura de processos abertos no SEI com a devida documentação. **Maria Carolina** trouxe as orientações que são passadas às comunidades após essas fazerem contato solicitando certificação, bem como a necessidade de cumprimento do Decreto nº 47.289, de 20/11/2017, que regulamenta a Lei nº 21.147, de 14 de janeiro de 2014, que institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais. Diante disso, **Juliana Cordeiro** sugere a leitura dos relatórios das visitas técnicas que foram realizados das 03 Comunidades que estão pleiteando a Certificação: Comunidade Tradicional Groteira - Chapadeira Gameleira; Comunidade Tradicional Groteira - Chapadeira Boiadas; Terreiro de Umbanda Abassá de Xango, nessa plenária de hoje. Os relatórios foram lidos e após, todos os membros aprovaram. Logo em seguida, **João** inicia trazendo aos participantes presentes da reunião, destacando o trabalho apresentado pelo Secretário Sr. Eduardo Quintanilha, sobre a questão do Programa de Plano Pagamento de Dívidas dos Estados - PROPAG da Regularização Fundiária dos territórios coletivos. O representante da Fundação Nacional dos Índios - FUNAI abriu diálogo para o caso da aldeia de Açucena. Pontua a necessidade de solicitar os processos que estão abertos e a importância de que a Câmara Técnica de Conflitos acompanhe esses processos. Dr. **Helder** ressalta a questão de o território ser coletivo e diz da importância desses territórios para as comunidades dos povos tradicionais. Relata também sobre a condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos - IDH em Alcântara, no Maranhão. Esclarece que neste local, foi feito a regularização de terras individualizadas e que esse fato mostra a fragilidade e a pressão sobre um único indivíduo e a responsabilização desse para com toda a comunidade. Dr. **Helder** pondera sobre a necessidade de se trabalhar com o afastamento de privatização individual. **João Pio** ressalta que essas questões foram levantadas previamente sobre a coletividade. Sr. **Clarindo** pontua que “os direitos constitucionais a gente não conquista e sim herdamos dos nossos ancestrais” e pede atenção, pois a Controladoria Geral da União - CGU estaria interferindo nesses processos. Relata que foi tudo paralisado, gerando um grande conflito na comunidade que sobrevive através da pesca no Rio São Francisco. Trazendo a dificuldade da regularização fundiária apelando à Comissão para que atue junto a Secretaria do Patrimônio da União - SPU. Por fim, Clarindo agradece pelos trabalhos já desenvolvidos. Na sequência, foi apresentado o gráfico do fluxo da regularização fundiária que se encontra disponível em domínio público. Outro ponto discutido foi a respeito da denúncia de violação de direitos da Comunidade de Morro Grande – Núcleo Lamarão do Território Tradicional Geraizeiros de Vale das Cancelas, em Grão Mogol. Foi dito que não tem processo aberto no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, mas que continuam tentando alguma resposta dos órgãos competentes para providências cabíveis. **Andrea Narciso**, discorre sobre a Oficina de Protocolos de Consulta e sobre a Convenção 169. Relata sobre as dificuldades dos povos tradicionais em acionar os órgãos competentes e reforça a necessidade de disponibilizar esse material para as comunidades. Reitera a importância da Comissão em atuar em casos emblemáticos e de violências que necessitam de apoio. Sr. **Orlando** pondera que é o momento em darmos tratativa de nos reorganizarmos, em termos de Comissão, para que os processos possam ter andamento, mesmo levando em consideração as dificuldades de cada um. Reforça a importância da criação de um cronograma de visitas às comunidades para certificação uma vez que há disponibilidade de recursos. **Maxwell** traz o pedido de socorro de uma das comunidades de Pernambuco e solicita auxílio do Ministério Público – MP nessa demanda. Dr. **Helder** se disponibiliza a

encaminhar para o Ministério Público Federal - MPF da região citada. Sr. **Orlando** também diz que foi solicitado ao Presidente do Conselho Nacional, Sr. Samuel para que o mesmo intervisse a favor dessas comunidades de Pernambuco. Nada mais havendo a ser considerado na reunião, **Orlando** dá por encerrada e agradece a todos pela participação.

Orlando dos Santos

Vice - Presidente da Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais

Maria Carolina Lima Januzzi

Secretária Executiva

Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais - CEPCT-MG



Documento assinado eletronicamente por **Orlando dos Santos, Usuário Externo**, em 28/11/2025, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Carolina Lima Januzzi, Servidor(a) Público(a)**, em 01/12/2025, às 08:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **128303136** e o código CRC **3BEC4204**.

Referência: Processo nº 1480.01.0001573/2025-76

SEI nº 128303136